

AFREM SINDICAL

Fazendários em Pauta

Informativo do Sindicato dos Fazendários do Município do Recife nº 11 - Novembro/26

Reforma Tributária começa mudanças estruturais a partir de janeiro de 2027

A Reforma Tributária do consumo começa em janeiro um cronograma escalonado, com um modelo híbrido nos próximos sete anos. Será o período de convivência tributária onde o setor produtivo e as administrações fiscais terão de operar simultaneamente a liquidação do modelo antigo e a consolidação do novo sistema de imposto sobre valor agregado (IVA).

Pág. 02

Governo e setor produtivo divergem sobre calendário da Reforma Tributária 03

70 milhões de brasileiros irão receber cashback a partir de janeiro 03

Fazendários do Recife aprovam proposta salarial da PCR e encerram campanha 04

Premiação dos fazendários do Recife é realizada no 37º Congresso da Fenafim 05

Agenda da Reforma Tributária inicia mudanças estruturais em 2027



Janeiro marca o verdadeiro divisor de águas da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. Este ano foi a fase de calibração e testes operacionais. Agora, o novo modelo abandona o terreno experimental para produzir efeitos concretos no caixa das empresas, na formação de preços e no bolso do consumidor.

Desenhada para ocorrer de maneira fatiada até 2033, estratégia adotada pelo Congresso Nacional e pela Equipe Econômica do Governo Federal para evitar sobressaltos bruscos na arrecadação pública e nas cadeias produtivas, a transição inicia sua primeira grande onda de mudanças estruturais em 2027.

Na prática, esse cronograma escalonado inaugura um complexo período de convivência tributária: pelos próximos sete anos, o setor produtivo e as administrações fiscais terão de operar sob um regime híbrido, administrando simultaneamente a liquidação do modelo antigo e a consolidação do novo sistema de imposto sobre valor agregado (IVA).

Confira as principais mudanças programadas



Extinção de tributos federais: O PIS e a Cofins deixam de existir definitivamente, dando lugar à cobrança integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Simultaneamente, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) tem suas alíquotas zeradas para a quase totalidade da produção nacional, permanecendo ativo apenas como instrumento de proteção competitiva para a Zona Franca de Manaus.

Estreia do Imposto Seletivo: Passa a valer o chamado "imposto do pecado", com recolhimento previsto para iniciar em fevereiro de 2027, mirando bens e serviços considerados nocivos à saúde pública ou ao meio ambiente.

Transição em dois tempos com estados e municípios: Enquanto a União avança na substituição plena de seus tributos, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que é o futuro substituto do ICMS estadual e do ISS municipal, operará durante todo o biênio 2027–2028 com uma alíquota-teste simbólica de 0,1%, compensável com a CBS.

Governo e setor produtivo travam cabo de guerra sobre calendário e transição da Reforma Tributária

Com quase um mês para entrar em vigor a primeira etapa efetiva da Reforma Tributária, marcada para 1º de janeiro de 2027, com a substituição do PIS e da Cofins pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a reta final de preparação expôs uma forte queda de braço entre a equipe econômica e o setor produtivo.

Enquanto associações empresariais pressionam pelo adiamento do cronograma alegando instabilidade nos sistemas e insegurança operacional, a Receita Federal rejeita recuos na data de largada, mas sinaliza um meio-termo: permitir o adiamento opcional de um mês no recolhimento definitivo do novo tributo.

Em declarações recentes, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, endureceu o discurso contra qualquer proposta de postergação de um ano no início da transição, alertando que o atraso retiraria cerca de R$ 10 bilhões em devoluções de impostos (cashback) da população de baixa renda já no próximo exercício.

Para destravar o impasse técnico sem comprometer o cronograma constitucional, o Ministério da Fazenda prepara o envio de um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional.



O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, não pretende postergar o início da transição da Reforma Tributária

O texto prevê uma regra de transição que permitirá o cálculo da CBS por estimativa com ajustes posteriores, além da postergação facultativa de 30 dias no pagamento, funcionando como um "colchão" operacional até que a tecnologia do split payment (recolhimento automático no momento da liquidação financeira) esteja plenamente consolidada nas transações entre empresas.

70 milhões de brasileiros inscritos no Cadúnico irão receber cashback a partir de janeiro

O principal trunfo social do governo para defender a manutenção do calendário é a estreia do sistema de devolução personalizada de tributos. A partir de 1º de janeiro de 2027, aproximadamente 70 milhões de brasileiros inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) — o equivalente a um terço da população — passarão a receber o cashback da CBS.

1. Contas essenciais: O abatimento será aplicado diretamente nas faturas de energia elétrica, água, esgoto, gás encanado e serviços de telecomunicações, exigindo apenas que o endereço do titular esteja atualizado no CadÚnico.

2. Compras no varejo: Para os demais bens de consumo, o cidadão precisará informar o CPF na nota fiscal. O crédito será depositado automaticamente via Poupança Social da Caixa Econômica Federal ou transferido via chave PIX vinculada ao CPF do beneficiário.







Fazendários do Recife aprovam proposta salarial da prefeitura e encerram campanha

Após mais de seis meses de negociações e 13 assembleias realizadas, os fazendários do Recife aprovaram, no dia 23/11, a última proposta salarial apresentada pela Prefeitura do Recife, construída com o Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical).

A votação foi realizada durante Assembleia Geral Extraordinária da categoria, tendo apenas três votos contrários, encerrando oficialmente a campanha salarial iniciada em maio deste ano.

O entendimento destrava um impasse que já havia provocado a rejeição de duas ofertas anteriores do Executivo Municipal. De acordo com a direção do Afrem Sindical, o texto final avançou no atendimento a uma parte das reivindicações dos fazendários, resultado da mobilização contínua da categoria e da manutenção dos canais de diálogo ao longo dos últimos meses.

Segundo o presidente do sindicato, Fábio Macêdo, o calendário legislativo também pesou na decisão da base, diante do prazo curto para tramitação da matéria. “A categoria fazendária aceitou a proposta, apesar de haver críticas com relação a alguns pontos da pauta. Além disso, o tempo para apresentar emendas ao projeto de lei só vai até o final do mês. A categoria entendeu que a aprovação seria o melhor caminho para resolver a campanha salarial”, explicou.



Expediente

Fazendários em Pauta
Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - **Afrem Sindical**
Edição: **novembro/2026**

Rua Professor Andrade Bezerra, 64, Parnamirim, Recife-PE,
CEP: 52.060-270
Fones: 3441-6044 / 99756-0826

www.afremsindical.org.br
afremsindical@afremsindical.org.br
@afremsindical

Diretoria Executiva Biênio: 2026/2027
Presidente: **Fábio Macêdo**
Secretário-geral: **João Victor**
Dir. de Assuntos Sindicais: **Manfredo Sarda**
Dir. Social: **José Anchieta**
Diretor de Aposentados: **Antônio Gomes**
Dir. Administrativo-Financeiro: **Luiz Ferreira**
Suplente: **Hélio Max e Filipe Pinho**

Jornalista responsável e edição: **Andréa Pessoa**
e-mail: andrea.pessoa14@gmail.com
Projeto gráfico e diagramação: Alexandre Oliveira
e-mail: alexandre@afrem.org.br



Fazendários do Recife recebem premiação pelo primeiro lugar em duas categorias do Prêmio Fenafim

Premiação dos fazendários do Recife é realizada no 37° Congresso da Fenafim

Quatro Auditores do Tesouro Municipal (ATMs) e um técnico da Secretaria de Finanças (Sefin) da Prefeitura do Recife conquistaram o primeiro lugar em duas categorias do Prêmio Fenafim 2026. Promovida anualmente pela Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais, a honraria foi entregue durante o 37° Congresso Nacional da entidade, realizado entre os dias 10 e 13, em Joinville (SC).

O evento consolidou-se como um dos principais fóruns do país para debater o fortalecimento das administrações tributárias locais, a modernização da gestão pública e os desafios impostos pela implementação da Reforma Tributária nos municípios. A cerimônia de premiação contou com a presença dos auditores premiados Rafael Sena e Lucas dos Santos Guimarães, acompanhados pelo presidente da Fenafim, Cássio Veira, e do presidente do Afrem Sindical, Fábio Macêdo, que também acumula a presidência da Anafisco e vice-presidência da Fenafim.

Confira os trabalhos vencedores da Sefin

Categoria Profissional - (1° lugar)

Trabalho: Qualificação cadastral e crédito tributário municipal: OCR e reconhecimento de entidades aplicados a matrículas imobiliárias

Autores: Lucas dos Santos Guimarães e Ana Carolina Costa Ferraz - (**Sefin/Prefeitura do Recife**).

Categoria Administração Tributária - (1° lugar)

Trabalho: Da recuperação à prevenção: malha fiscal automatizada do ISS e a indução da conformidade antes do vencimento.

Autores: Mariana Martins dos Santos Iervolino, Tarcísio Paraiso Farias e Rafael Sena da Conceição (**Sefin/Prefeitura do Recife**)

